

HABEAS CORPUS Nº 516.302 - SP (2019/0175237-6)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : ALVARO DOS SANTOS FERNANDES
ADVOGADO : ÁLVARO DOS SANTOS FERNANDES - SP230704
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CARLOS ALBERTO SALES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **CARLOS ALBERTO SALES**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Colhe-se dos autos que o paciente foi condenado pela prática, por duas vezes, do crime previsto no art. 121, § 2º, I e IV, c/c o art. 29, na forma do art. 69, todos do Código Penal, sendo-lhe cominada pena privativa de liberdade de 35 (trinta e cinco) anos de reclusão, em regime inicial fechado.

Irresignada, a defesa interpôs apelação perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em decisão assim ementada:

"PROCESSO PENAL. Nulidade. Teses variadas. Alegações de cerceamento de defesa, indevida influência sobre o conselho de sentença por manifestação organizada de parentes e amigos e, ainda, parcialidade dos jurados. Inocorrência de qualquer vício que prejudicasse a defesa dos réus ou violasse o devido processo legal. Rejeição.

JÚRI. Duplo homicídio qualificado. Conduta de matar os genitores de seu desafeto, por motivo torpe e com emprego de recurso que impossibilitou a defesa das vítimas. Configuração.

Materialidade e autoria demonstradas. Pretendida anulação do julgamento por ser o veredito manifestamente contrário à prova dos autos. Inadmissibilidade. Opção dos jurados pela tese acusatória, demonstrada por robusto conjunto probatório.

Negativa isolada de autoria. Versão infirmada pelo depoimento de testemunha presencial e por relatório com histórico de chamadas telefônicas entre os agentes envolvidos no horário do crime.

Localização revelada pelo sinal de telefonia celular. Indicativos de que os réus estavam no local dos fatos e mantiveram comunicação entre si. Depoimentos de policiais militares sobre contatos com familiares do corréu CARLOS que confirmam seu envolvimento.

Condenação resultante do poder de escolha do Conselho de Sentença.

REPRIMENDA. Elevação da pena-base justificada pela segunda qualificadora e pelos maus antecedentes do corréu CARLOS. Agravante da reincidência. Concurso material.

Pretendido reconhecimento da participação de menor importância em favor do corréu EMERSON. Inadmissibilidade. Tese não invocada em plenário. Penas dosadas com critérios. Manutenção.

Regime prisional fechado. Desprovimento dos apelos defensivos." (e-STJ, fl. 57).

Opostos embargos declaratórios, foram os mesmos rejeitados. Eis a ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Oposição contra acórdão. Alegada contradição e omissão. Inexistência de vício sanável pela via dos embargos. Coerência entre as proposições do acórdão. Decisão explícita quanto à valoração de todos os elementos de convicção produzidos ao longo da persecução penal. Motivação suficiente ao desprovimento do apelo do embargante, que pretendia a anulação do julgamento por cerceamento de defesa ou por ser o veredito manifestamente contrário à prova dos autos. Pena confirmada. Aceno, sem qualquer fundamentação, à ocorrência de concurso formal entre os homicídios. Prevalência dos fundamentos do acórdão embargado. Rejeição." (e-STJ, fls. 82).

Neste *writ*, o impetrante alega, em síntese, que "após a condenação do paciente, a defesa acabou por obter (sic) novas provas que evidenciam que a testemunha acima identificada, faltou com a verdade nos seus depoimentos, tanto na fase investigativa, quanto em juízo, de modo a evidenciar que o paciente somente foi enredado naqueles crimes por vingança por parte daquela testemunha (Carlos tinha desavenças com Fábio), razão pela qual, ele encontra-se preso de forma completamente ilegal desde 26 de outubro de 2015." (e-STJ, fl. 4).

Aduz que "o tema agora trazido para discussão neste Superior Tribunal de Justiça, foi levado a conhecimento para apreciação junto ao Egrégio Tribunal de Justiça Paulista, em 16 de maio do corrente ano, sendo que o recurso da defesa foi julgado no último dia 05 de junho, sendo certo, que da leitura do acórdão, é possível se verificar claramente que não existe qualquer manifestação daquele Tribunal, sobre o tema de extrema relevância colocado em pauta pela defesa para julgamento." (e-STJ, fl. 15).

Assevera que "O paciente encontram-se preso desde 26 de outubro de 2015, e o pedido formulado pela defesa é de extrema relevância, uma vez que as provas novas angariadas e agora acostadas aos autos, são elementos suficientes para a causa de anulação da ação penal, de modo que entendemos que a apreciação dos pedidos defensivos junto ao Tribunal de Justiça Paulista, merecia apreciação com a celeridade e urgência necessária, sendo certo, entretanto, que MESMO TOMANDO CONHECIMENTO DOS NOVOS FATOS MEDIANTE PETIÇÃO ENVIA VIA FAC – SÍMILE, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA PAULISTA DEIXOU DE APRECIAR O TEMA DE FORMA COMPLETAMENTE INJUSTIFICADA." (e-STJ, fl. 15).

Requer a concessão de liminar para que seja o paciente colocado em liberdade. No mérito, pugna pela anulação da ação penal para que se proceda a novas investigações para esclarecimento dos fatos.

Liminar indeferida (e-STJ, fl. 386).

Informações apresentadas (e-STJ, fls. 391-433)

Parecer do Ministério Público Federal pela não concessão da ordem (e-STJ, fls. 435-441).

Pedido de reconsideração indeferido (e-STJ, fl. 514).

É o relatório.

Decido.

Constata-se que a presente impetração constitui mera reiteração do pedido formulado no HC 512.142-SP, isso porque há identidade de partes e da causa de pedir, impugnando os dois feitos o mesmo acórdão (Apelação 0016261-56.2014.8.26.0032), o que constitui óbice ao seu conhecimento.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. NÃO CONHECIMENTO. INDEFERIMENTO LIMINAR. OFENSA AO INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 34, XX, DO REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. TRÁFICO. INEXISTÊNCIA DE PROVA DE AUTORIA E MATERIALIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO DE PEDIDO. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. INSTRUÇÃO ENCERRADA. SÚMULA N. 52/STJ. COAÇÃO ILEGAL NÃO CONFIGURADA. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. A via eleita revela-se inadequada para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, circunstância que impede o seu formal conhecimento.

2. O art. 34, XX, do Regimento Interno desta Corte Superior, autoriza o relator a decidir o habeas corpus quando for manifestamente inadmissível, exatamente como ocorre na espécie, inexistindo prejuízo à parte, já que dispõe do respectivo regimental, razão pela qual não se configura ofensa ao princípio da colegialidade.

3. As alegações de inexistência de prova da materialidade delitiva e de indícios de autoria, de falta de fundamentação e de requisitos para a manutenção da prisão cautelar ou da possibilidade de sua substituição por outras medidas cautelares já foram analisadas no RHC n. 88.794/SP e do HC n. 464.390 decididos anteriormente, o que configura a simples reiteração de pedido, o que autoriza o indeferimento liminar do writ.

4. A prolação de sentença condenatória prejudica a análise de eventual excesso de prazo para a formação da culpa, nos termos do enunciado sumular n. 52 do Superior Tribunal de Justiça.

5. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no HC 505.142/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 28/05/2019, DJe 06/06/2019, grifou-se)

Ante o exposto, **não conheço** do presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator